PROJETO MARAJÓ RESILIENTE

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê Consultivo Local

Local: Universidade do Estado do Pará (UEPA), campus Salvaterra.

Data: 11 de julho de 2025.

Horário: 09:00 às 13:00

Reunião: Presencial

Pauta Central:

Apresentação da segunda lista dos inscritos no Edital de Seleção de Beneficiários.

Pautas especificas:

1. Apresentação de panorama de inscrições realizadas até junho/2025 e realização de segunda rodada de validação de inscrições;
2. Atualizações sobre o componente 03; incluindo mapeamento de negócios comunitários e agentes de crédito;
3. Atualização sobre o projeto Águas do Marajó;
4. Atualizações sobre o Termo de Cooperação entre Fundación Avina e Emater;
5. Consulta sobre participação do Instituto Humanas no Comitê Consultivo Local.

A 8ª Reunião do Comitê Consultivo Local (CCL) do Projeto Marajó Resiliente teve início às 09:00 do dia 11 de julho de 2025, na sala 03 da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no município de Salvaterra. Estiveram presentes as seguintes representações: Jaciara Amador (Presidente da COOPEMAFLIMA); Sandro Pinheiro (Emater/ Salvaterra); Michael Dyonns Andrade da Silva (Sema/Salvaterra); Rosivaldo Moraes Corrêa (ARQUIG); Cristiane L. Ramos (Comunidade Quilombola Salvar); Marcos Lameira (COOPAPAM); Bianor Barbosa (STTR/Cachoeira do Arari); Jedson B. Cardoso (AAFCAM); Denis Conrado e Lara Vaz (Fundação Avina); Kamila Leão Leão, Jeisy Rafaela Ribeiro e Ana Paula (Instituto Belterra); Ana Carla Gonçalves (Representação

Multiplicadora; Jessyca Sampaio (WTT); Carlos Augusto Ramos (Conexsus); lista de participante em anexo (anexo 1).

1. **Entrada da World-Transforming Technologies (WTT) no projeto**

Jessyca Sampaio, representante da World-Transforming Technologies (WTT), apresentou a integração da organização ao Projeto Marajó Resiliente, destacando a contribuição específica da WTT na gestão do conhecimento gerado ao longo da execução das atividades nos três componentes do projeto. Explicou que a instituição possui metodologias próprias para sistematizar e articular os diversos saberes produzidos, garantindo que esses conhecimentos sejam adequadamente organizados e distribuídos entre os diferentes atores envolvidos. Indicou que atuação da WTT visa impactar diretamente beneficiários diretos e indiretos, lideranças comunitárias, gestores públicos, pesquisadores acadêmicos, instituições financiadoras e a equipe técnica do projeto, criando pontes entre esses diversos grupos e as informações geradas. A entrada da WTT para gestão de conhecimento do projeto busca assegurar que o conhecimento produzido tenha aplicabilidade prática e possa ser apropriado por todos os segmentos interessados, potencializando os resultados e a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo projeto.

Encaminhamentos:

- Trazer como pauta para uma próxima reunião do Comitê Consultivo Local a gestão de conhecimento.

2. **Apresentação do panorama de inscrições e validação da segunda lista dos inscritos no Edital de Seleção de Beneficiários:**

Com auxílio de apresentação em PowerPoint, Denis Conrado (Avina) apresentou um panorama sobre as inscrições no Edital de Seleção de Beneficiários. Destacou as diversas estratégias implementadas para impulsionar o número de inscrições, incluindo a contratação de dois multiplicadores para acompanhar e fortalecer as atividades em campo, o reforço na mobilização com a atuação direta de Lara em Soure por meio de diálogos locais, e a realização de reuniões com os multiplicadores para alinhar estratégias e ampliar o alcance junto aos potenciais beneficiários. Além disso, outras ações foram implementadas para expandir as equipes em campo, aumentando a presença e a eficiência nos territórios. Com estes reforços, o projeto alcançou até o final de junho de 2025 o total de 715

hectares, um número alto, mas que ainda não atingiu a meta de 800 hectares. Ressaltou que, ao encerrar o período de inscrições em junho de 2025, houve uma percepção de esgotamento das áreas disponíveis, uma vez que as equipes já haviam percorrido todas as regiões previstas no planejamento sem alcançar o objetivo esperado.

Kamila Leão, do Instituto Belterra, destacou que ao longo do período de inscrições foram promovidos diversos diálogos entre as organizações para assegurar estratégias eficazes que abrangessem as áreas de atuação dos multiplicadores e multiplicadoras. Ao final desse período, a avaliação conjunta entre Avina e IBel indicou que com a implantação das áreas já inscritas, os interessados em realizar novas inscrições passariam a procurar diretamente as organizações ou os multiplicadores, invertendo a dinâmica adotada inicialmente, quando as equipes é que buscavam ativamente os potenciais beneficiários. Diante desse cenário, as duas instituições avaliam que as inscrições restantes poderão ser realizadas pelos multiplicadores, que deverão receber um treinamento específico para realizar esse processo de forma adequada.

Todas as pessoas presentes na reunião concordam com este próximo passo para a realização das inscrições restantes para o alcance da meta.

Ao iniciar a etapa de validação das inscrições, Lara Vaz, da Avina, consultou os participantes sobre a realização da análise das listas e mapas disponibilizados para verificação. Com exceção de um participante, todos e todas confirmaram ter concluído essa revisão preliminar. Em seguida, foram discutidos, por município, questões sobre validação ou não das áreas inscritas.

Dyonns Andrade, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salvaterra, questionou o fato de ter encontrado inscrições de diferentes pessoas do mesmo núcleo familiar.

Bianor Barbosa, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Arari, destacou que na comunidade de Caracará já foi atingido o número previsto de áreas atendidas pelos multiplicadores, mas ainda há pessoas interessadas em realizar inscrições. Segundo Bianor, isso acontece porque, na comunidade, muitos membros de uma mesma família inscreveram áreas diferentes, o que acabou limitando a participação de outras famílias da comunidade no projeto.

Denis, Lara e Kamila reforçaram que as inscrições de membros de um mesmo núcleo familiar são permitidas, uma vez que as inscrições são individuais. Denis destacou que o essencial é a existência efetiva da área e a capacidade da família de manejar adequadamente cada propriedade. Essa verificação, segundo ele, é realizada durante as visitas técnicas para inscrição.

Orlando Lameira, técnico da EMATER de Salvaterra, apresentou três questionamentos durante o processo de validação: i) Observou a ausência dos nomes dos candidatos inscritos no Edital de Seleção de Multiplicadores na lista de beneficiários em validação, ressaltando que esses profissionais deveriam ter prioridade no processo de seleção; ii) Questionou quantas comunidades conseguiram ter beneficiários inscritos, manifestando preocupação com a ausência de inscrições da comunidade quilombola de Rosário, que não aparecia representada nas listas; iii) Solicitou esclarecimentos sobre a natureza das inscrições (se individuais ou por família), tendo observado casos de múltiplos membros de uma mesma unidade familiar inscritos no processo.

Denis e Lara esclareceram que tanto os candidatos inscritos no Edital de Seleção de Multiplicadores quanto as inscrições da comunidade quilombola de Rosário já foram validados durante a primeira etapa do processo, por integrarem o grupo inicial de cadastros. Denis reforçou que essas informações podem ser confirmadas nas listas previamente encaminhadas e destacou que está à disposição para eventuais consultas adicionais no sistema quando necessário.

Feita todas as colocações, todas as inscrições foram validadas, totalizando 715 hectares inscritos e validados para o Edital de Seleção de Beneficiários.

Encaminhamentos:

- Instituto Belterra e Fundación Avina devem pensar em uma estratégia conjunta que contemple as famílias que pretendem inscrever-se para serem beneficiárias do projeto na comunidade Caracará, em Cachoeira do Arari. A estratégia deve ser comunicada ao Comitê Consultivo Local na próxima reunião.
- Fundación Avina deve ficar responsável por avaliar se os 45 hectares de áreas inscritas no Edital para seleção de multiplicadores já foram validados no Edital de Seleção de Beneficiários, com retorno a ser feito no Comitê Consultivo Local.

Durante a reunião, os participantes manifestaram preocupação com a ausência do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) em atividades estratégicas do projeto, particularmente na Sala de Situação Quilombola e nas reuniões do Comitê Consultivo Local. Essa lacuna foi destacada, dado o papel central do IEB no Componente 2 do projeto, voltado para a construção, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas de longo prazo. Sandro Pinheiro, da Emater Soure, expressou apreensão com a aparente estagnação desse eixo, questionando especialmente o nível de conhecimento dos novos gestores municipais sobre as ações relacionadas à governança climática local.

Em resposta, Lara Vaz, Avina, apresentou um balanço das atividades recentemente desenvolvidas pelo IEB e reconheceu a falha na comunicação prévia ao Comitê sobre essas ações, pedindo desculpas pela não comunicação anterior.

Como encaminhamentos para este ponto, definiu-se:

- Fortalecimento da participação do IEB, com convite formal reforçado para sua atuação no Comitê Consultivo Local e demais espaços do projeto, enfatizando seu papel na construção de políticas públicas e a necessidade de articulação interinstitucional;
- Ciclo de reuniões técnicas com o poder público, onde o Comitê, com apoio do IEB, atuará como interlocutor direto com prefeituras e secretarias, garantindo a atualização dos gestores sobre os resultados do projeto e a incorporação das demandas locais no planejamento municipal.

3. **Atualizações sobre o componente 03; incluindo mapeamento de negócios comunitários e agentes de crédito;**

Carlos Ramos, representante da Conexsus, apresentou a atuação da organização no Componente 3 do projeto, com foco no acesso e melhoria de crédito para negócios comunitários. Destacou que a organização trabalhará diretamente com oito organizações comunitárias locais, entre cooperativas e associações, dedicadas à comercialização de produtos da floresta e da agricultura familiar nos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, com ênfase especial nas lideradas por mulheres e comunidades quilombolas. Informou que como parte das ações iniciais, a Conexsus realizou nos dias 11 e 12 de março de 2025 uma oficina de mapeamento que contou com a participação de 11 organizações: AAFCAM, COOPAPAM, COOPEMAFIMA, ARQUIG, AGROPESC, ASSUREMAS, Associação Umarinzal, ASPRUCOPEDRAL,

CONFREN e COOPASFAM. O evento teve como objetivos principais: (1) identificar os serviços e soluções financeiras já acessados por esses negócios comunitários; (2) mapear a rede de parceiros e prestadores de serviço disponíveis; e (3) avaliar o nível de cooperação e apoio existente entre essas organizações.

Informou a realização de uma oficina de modelagem de negócios nos dias 17 e 18 de julho de 2025, como parte das ações do componente 3 do projeto. Indicou que atividade teve como foco principal fortalecer o ecossistema de negócios comunitários nos territórios, impulsionando cadeias produtivas baseadas na economia da floresta em pé e na agricultura familiar sustentável. Para isso, foi utilizada uma metodologia específica de modelagem de negócios desenvolvida pela Conexsus em parceria com os próprios negócios comunitários participantes, garantindo a adequação às realidades locais. Informou que esta oficina contou com a participação de oito organizações: AAFCAM, CAFAS, COOPAPAM, COOPERMAFLIMA, ARQUIG, AGROPESC, ARQPDMA e Sementes do Quilombo. Informou também que três organizações (ASCOQUIR, AMRQBV e ARQSBP) foram mobilizadas, mas não compareceram à atividade.

Informou que os critérios para a seleção dos Negócios Comunitários entre os mapeados foram: 1) associações e cooperativas que atuam com produtos e serviços da bioeconomia; 2) associações e cooperativas com situação fiscal regularizada (ativas); 3) associações e cooperativas lideradas por mulheres; 4) associações e cooperativas quilombolas. Dos négocios mapeados, foram selecionados 08 negócios comunitários, conforme a tabela abaixo:

	Negócio Comunitário	Município
1.	Associação dos Agricultores e Agricultoras dos Campos - AAFCAM	Soure
2.	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Salvaterra - CAFAS	Salvaterra
3.	Cooperativa Agropecuária e Pesca Artesanal de Monsarás - COPAPAM	Salvaterra
4.	Cooperativa dos Produtores Extrativistas Florestais e Marinho da Ilha do Marajó - COOPERMAFLIMA	Salvaterra
5.	Associaão dos Remanescentes do Quilombo Gurupá - ARQUIG	Cachoeira do Arari

6.	Associação dos Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Povos Tradicionais de Chipáia - AGROPESC	Cachoeira do Arari
7.	Associação Remanescente de Quilombo do Povoado de Deus me Ajude - ARQPDMA	Salvaterra
8.	Sementes do Quilombo	Salvaterra

A partir da apresentação de Carlos, o Comitê Consultivo Local levantou questões relacionadas à participação das comunidades quilombolas nas atividades de mapeamento dos Negócios Comunitários, considerando que em Salvaterra são 19 comunidades quilombolas e apenas duas foram representadas. Cristiane L. Ramos, representação das comunidades quilombolas de Salvaterra, questionou como ocorreu a mobilização para as comunidades quilombolas participarem e como chegou-se à seleção dos dois Negócios Comunitários representando as comunidades quilombolas. Kamila Leão, do Instituto Belterra, apontou que a escolha dos Negócios Comunitários não foi um processo democrático pela ausência da maioria das comunidades quilombolas.

O Comitê Consultivo Local avaliou que nos municípios e Soure e Cachoeira do Arari os Negócios Comunitários Locais estão representativos, mas em Salvaterra não, cabendo à Conexsus pensar estrategicamente como incluir as comunidades quilombolas, o que deve ser feito no âmbito da Sala de Situação Quilombola, com apoio da Apó Socioambiental, consultoria responsável pelo diálogo junto às comunidades quilombolas.

Encaminhamentos:

- Conexsus reavaliará metodologicamente como incluir de forma democrática as comunidades quilombolas, com o apoio da Apó Socioambiental para realizar o diálogo.

Carlos também apresentou a ativação de crédito prevista como resultado para o Projeto Marajó Resiliente a partir da atuação da Conexsus. Apresentou que a estratégia é feita a partir do Programa Crediambiental, que trata-se da Rede de Ativadores de Crédito Socioambiental, que implementa suas ações em parceria com cooperativas e associações, promovendo soluções financeiras pelo acesso ao crédito do Pronaf para Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar que atuam com os produtos da sociobioeconomia. Conforme apresentado, o foco é desenvolver as capacidades locais na promoção da inclusão socioprodutiva por meio do

acesso ao PRONAF, com educação financeira e equidade de gênero e oportunidades igualitárias em campo.

A Rede de Ativadores de Crédito Socioambiental é formada por Ativadores de Crédito, que são pessoas indicadas pelas cooperativas e associações, contratadas pela Conexsus para originar propostas de crédito rural para o Banco da Amazônia.

Lara Vaz

Coordenação de Gênero e Diversidades do Projeto Marajó Resiliente